

CAMPONESES NO OESTE CATARINENSE*

*Odilon Luiz Poli***

Resumo

O presente artigo trata de algumas especificidades das populações camponesas existentes na região Oeste do Estado de Santa Catarina, no final dos anos 70 e início dos anos 80, momento em que surgiram, nessa região, quatro diferentes movimentos sociais envolvendo essa população. Procura, sobretudo, situá-la no contexto do campesinato brasileiro, destacando suas características específicas e abrindo algumas pistas para possíveis correlações entre as características dessas populações e o surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais referidos.

O texto conclui pela existência de quatro eixos constitutivos da cultura camponesa no Oeste de Santa Catarina. Em termos metodológicos, além de uma revisão na literatura clássica sobre campesinato e dos estudos brasileiros e locais sobre o tema, o estudo baseou-se em relatos orais sobre histórias de vida de lideranças que participaram ativamente da organização dos quatro movimentos sociais registrados na região nessa época, a saber: o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), e o Movimento de Oposições Sindicais.

Palavras-chave: Campesinato, Oeste Catarinense, cultura camponesa.

* O presente texto foi elaborado como parte da Dissertação de Mestrado do autor, a qual voltou-se ao estudo dos fatores de mobilização que culminaram com o surgimento de quatro movimentos sociais envolvendo populações rurais no Oeste Catarinense, no final dos anos 70 e início dos anos 80. O presente texto corresponde a uma versão reelaborada do seu capítulo 2, de modo a possibilitar sua utilização para fins didáticos.

** Mestre e Doutorando em Educação pela UNICAMP, e Professor da Unoesc - Campus Chapecó.

1. Introdução

Um dos aspectos evidentes na literatura sobre o campesinato no Brasil é a grande diversidade de situações e de personagens que o meio rural brasileiro comporta. As peculiaridades do seu processo de formação e a grande diversidade regional provocaram o surgimento de variadas formas de inserção e de relações sociais no campo. A região Sul do Brasil não foge à regra e também apresenta suas especificidades, e o Oeste Catarinense situa-se neste contexto.

O presente artigo não pretende fazer uma discussão exaustiva da extensa literatura sobre os camponeses, nem entrar no mérito de suas polêmicas¹. Objetiva tão somente chamar atenção para algumas características e especificidades das populações rurais presentes no Oeste Catarinense e seu processo de formação, no momento da implantação dos chamados núcleos coloniais, através do processo de colonização². Chama a atenção, especialmente, para a existência de dois grupos étnicos distintos, com culturas bastante diferenciadas, convivendo e disputando o mesmo espaço, em meio a relações marcadas por conflitos e preconceitos mútuos, os quais, ao longo do tempo, acabaram por influenciar o próprio desenvolvimento social e cultural de cada um dos grupos.

O presente estudo foi desenvolvido como parte do processo de compreensão do surgimento de quatro diferentes movimentos sociais envolvendo populações rurais no Oeste Catarinense, no final dos anos 70 e início dos anos 80, o qual nos remeteu à necessidade de compreender a população envolvida.

A simples observação do surgimento de diversos movimentos sociais simultâneos, envolvendo populações rurais de uma mesma região, nos levou a supor que as características socioculturais dessas populações pudessem, de

alguma forma, ter favorecido o processo de mobilização. Baseando-me em algumas categorias desenvolvidas por Thompson (1981)³, as quais nos esclarecem que a mobilização não pode ser tratada como simples resposta a estímulos econômicos e que, ao contrário, participar de uma mobilização proposta pela igreja ou sindicato, ou deixar de participar, aderir a um movimento ou ficar fora dele, participar de uma chapa de oposição sindical ou combatê-la, são situações que envolvem uma necessária escolha entre valores, ainda que os termos dessa escolha estejam socialmente e culturalmente circunscritos, concluímos que a compreensão do processo de mobilização e seus desdobramentos, em uma dada população, envolve ir mais além do que perceber as suas causas econômicas imediatas. É também estar atento ao processo histórico de sua constituição enquanto grupo, ao seu patrimônio cultural e a interação deste com o meio, no processo histórico de elaboração e reelaboração das experiências vividas.

Nesse sentido os homens e as mulheres que se mobilizam, agem acreditando que estão defendendo certos direitos que lhe são legítimos e o fazem, normalmente, apoiados por um consenso, presente pelo menos no interior de um certo grupo, possibilitado pela existência de uma consciência afetiva e moral⁴ ou “economia moral” própria do grupo. A mobilização é sempre uma reação provocada pela consciência de que certos interesses, direitos ou crenças, estão sendo violados. Vistos desse modo, os movimentos sociais de camponeses do Oeste Catarinense, do final da década de 70 e início dos anos 80, foram uma reação frente à ruptura do modelo de produção agrícola, que presumia uma certa reciprocidade entre o trabalho árduo e ininterrupto na produção e o retorno de meios de vida satisfatórios para o camponês. Da mesma forma que os amotinados ingleses do século XVIII (estudados por

Hobsbawnn e Rudé) parecem ter agido legitimados pela tradição paternalista de mercado, os camponeses do Oeste Catarinense parecem ter agido legitimados por uma certa economia moral, em que o princípio de reciprocidade entre unidades camponesas de produção e sociedade envolvente era fundamental.

Segundo Thompson (1981), a própria adesão a uma ideologia qualquer vinda de fora, ou resposta a uma alteração das condições socioeconômicas de um dado contexto, sempre implica um processo de reelaboração ativa por parte do sujeito. Nenhuma adesão ocorre por simples incorporação, e nenhuma resposta a uma pressão do meio parece ser automática, sob forma de reflexo. Ao contrário, passa sempre pelo crivo dos valores e da cultura do sujeito em questão.

Deste modo, entendemos ser importante, para a compreensão de processos dessa natureza, dedicar uma atenção especial ao estudo das especificidades das populações envolvidas. Acreditamos, assim, que o presente estudo possa servir para indicar caminhos para novos estudos envolvendo as populações camponesas do Oeste Catarinense.

2. Sobre o conceito de camponês

Compreender a maneira como um estudioso conceitua o camponês e explica o seu comportamento, implica em conhecer o prisma ou o ponto de vista a partir do qual o observa e constrói sua conceituação. É nesse sentido que Landin & Monteiro (1987), afirmam que o conceito de camponês assume uma multiplicidade de formas de acordo com o ângulo de análise a ser feita pelo sociólogo, economista ou antropólogo.

Não é uma tarefa colocada para o presente trabalho discorrer ou entrar no mérito dos diversos prismas pelos

quais a literatura constrói o conceito de camponês. Por essa razão, apontamos apenas, em termos sintéticos, o modo como estamos tratando a categoria *camponês*, no presente trabalho.⁵

Com base na literatura clássica sobre o campesinato e nos estudos e discussões realizados no país sobre o tema, podemos tomar o camponês como um trabalhador que cultiva uma pequena área de terra, utilizando-se de instrumentos simples, ou até pequenas máquinas de tecnologia rudimentar. Conta quase exclusivamente com a força do trabalho familiar, podendo empregar, esporadicamente, um ou mais trabalhadores assalariados. Combina a produção dos meios de vida com a produção de mercadorias, sem ter, no entanto, condições de acumular capital. É um personagem inserido e reproduzido no interior do modo capitalista de produção, sem ser, na sua essência, especificamente capitalista.

A família é a sua unidade básica de posse, produção e consumo, existindo, no camponês, uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e o grupo familiar. Organizada na forma de um trabalhador coletivo, a família camponesa cumpre, no interior da sociedade global, a função de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores que os das empresas capitalistas. Está sempre ligada a uma unidade maior, o bairro rural, o grupo de vizinhança, aldeia ou, simplesmente, "comunidade", sendo estas (família e aldeia) suas unidades básicas de socialização.

Mantém contato freqüente com a sociedade urbana, estando em relação a ela numa posição subordinada, de inferioridade, tanto social, política ou economicamente, porém, ao mesmo tempo, possui um grau elevado de autonomia, vivendo num sistema de autarquia relativa. O contato com o mercado, então, é freqüente, mas este, nas socie-

dades camponesas, possui um caráter parcial e incompleto. Nele o camponês vende os seus excedentes para comprar mercadorias complementares (valores de uso), para satisfazer suas necessidades básicas.

Os objetivos de sua produção são, portanto, a produção de valores de uso e não valores de troca. Isso define, em grande medida, a sua racionalidade, em que os critérios sociais predominam sobre os econômicos. O camponês não realiza um empreendimento no sentido puramente econômico. Sua agricultura está voltada à manutenção de um modo de vida e não de um negócio. Por isto, mais do que um tipo econômico, o camponês representa um modo de vida.

Alguns outros elementos definidores do camponês ainda podem ser destacados. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente, permitindo a existência de códigos sociais específicos, determinantes da conduta; ou seja, mesmo não estando isolados, os camponeses conseguem estruturar suas vidas em torno de normas próprias e específicas. Entre as unidades camponesas de produção, e a sociedade em que se inserem, ocorre uma interação ativa de mútua influência (influência e autonomia recíprocas). A natureza peculiar dessa relação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente, leva a defini-las como sociedades parciais com uma cultura parcial.

3. Camponeses no Brasil

Brumer et al (1993) afirmam que a agricultura camponesa no Brasil nasceu sob o signo da precariedade, manifestada pelo precário controle dos meios de trabalho (especialmente a terra) e pela pobreza da população rural, pela gran-

de mobilidade espacial, pela acentuada dependência em relação à grande propriedade e pelo caráter de exclusão que marcou sua inserção social.

A história do campesinato brasileiro é uma história de exclusão. A forma como se constituiu e até como foi conceituado, demonstra o lugar que sempre ocupou na sociedade.

A formação dos diversos personagens que compõem o campesinato brasileiro se deu através de uma lógica que privilegiou a constituição e a preservação da grande propriedade e o controle do processo político pelos grandes proprietários rurais e a exclusão econômica, política e cultural dos homens livres e pobres que viviam no campo.

No período colonial, quem não tivesse sangue *limpo*, quem fosse bastardo, filho de branco e índia ou negra, estava excluído do direito à herança. Esses mestiços, assim como os índios, excluídos do direito à propriedade, deram início à formação do campesinato brasileiro, uma camada de homens livres e pobres, vivendo à margem da sociedade estruturada sobre o regime de trabalho escravo (MARTINS, 1981).

Segundo Franco (1974), o suprimento permanente do sistema produtivo com mão-de-obra externa (escravos), deu origem a uma situação *sui generis*, homens livres expropriados e não integrados à produção. A apropriação privada de grandes áreas pelo regime de sesmarias provocou, ao mesmo tempo, a impossibilidade de acesso direto à terra por essa população livre e pobre e a facilidade de concessão de terras, por parte dos proprietários, para o trabalho de terceiros, devido às grandes áreas ociosas no interior das suas propriedades. Isso deu origem aos agregados, aos moradores *de favor* e mesmo aos posseiros, com pouco ou nenhum contato com o mercado. Esses homens livres e pobres não conheceram o trabalho forçado nem a proletarização. Constituíam a *ralé*, vagante e *dispensável*, carregando um forte estigma desvalorizativo. "A agricultura mercantil, baseada na esca-

vidão, ao mesmo tempo possibilita a sua existência e os deixa sem razão de ser” (FRANCO, 1974, p. 14). Isso determinou a origem dos caboclos, dos capiaus, dos caipiras ou tabaréus, que construíram um patrimônio cultural adequado à vida no limiar entre a selva e a civilização.

Souza (1982) utiliza o termo *desclassificados* para representar a situação dessa população livre e pobre que se constituiu durante o regime escravagista brasileiro. Os desclassificados são homens livres que não têm uma posição definida na estrutura social. Possesores, moradores *de favor* ou agregados, detêm os meios de produção da vida imediata, mas não participam do processo produtivo da sociedade instituída. Mais do que explorados, são excluídos do processo produtivo e da vida social como um todo. Nas palavras de Martins (1981, p. 25):

Esta exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem dado a *sua participação nesse processo* - alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte do processo histórico brasileiro - como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado (grifos do autor).

Não obstante, a dominação pessoal, o compadrio e o apadrinhamento produziam uma falsa noção de igualdade e de proximidade entre as diferentes classes presentes na estrutura social e uma conseqüente dificuldade de construção de identidade dos grupos marginalizados. Com frequên-

cia, os próprios homens livres e pobres assumiam a identidade e as causas dos grandes proprietários, combatendo em seu nome outros grupos de camponeses. A indefinição de sua posição na estrutura social parece ter levado a uma indefinição de quem é o outro, ocorrendo, com uma certa frequência, a mudança de papéis, sendo que os mesmos personagens que, em um momento viviam a condição de excluídos, em outro assumiam a defesa das causas da sociedade instituída (FRANCO, 1974).

Vivendo historicamente no interior das grandes fazendas, ou em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas, a população rural brasileira desenvolveu uma vida social que esteve longe de corresponder à complexidade característica das aldeias camponesas da Europa. “Na realidade, a população rural dos campos não se constitui verdadeiramente em comunidade rural, no sentido antropológico do termo” (BRUMER et al., 1993, p. 181).

A relativa facilidade de retirar da natureza as condições mínimas de subsistência, definida em termos de mínimos vitais, a fragilidade dos laços de coesão grupal e, sobretudo, a impossibilidade de participar, efetivamente, na produção agrícola mercantil, parecem ter dificultado o desenvolvimento de relações sociais mais complexas, a exemplo das comunidades camponesas tradicionais da Europa. No mesmo sentido, Landin & Monteiro (1987) colocam que, pela combinação de três elementos fundamentais e preponderantes na gênese da nossa estrutura fundiária (a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo) a agricultura camponesa no Brasil assumiu um caráter subalterno e, conseqüentemente, não se desenvolveu aqui uma *sociedade camponesa*, com identidade própria, política, econômica e culturalmente. Reduziu-se a um protocampesinato escravista, ao qual Cardoso (1979) chamou *de brecha camponesa*.

Um fato que merece ser destacado é que a lógica de desenvolvimento agrário, durante toda a história brasileira, privilegiou a constituição e a preservação da grande propriedade. Tanto no período colonial, com seus mecanismos de interdição da propriedade e de favorecimento da apropriação de grandes áreas (capitanias hereditárias e sesmarias), quanto após a Independência, a Lei de Terras de 1850, a implantação dos núcleos de pequenos proprietários no Sul, no início deste século, até o Estatuto da Terra proposto pelo governo militar, ou mesmo o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, sempre obedeceram a uma lógica bastante explícita de fortalecimento e preservação da grande propriedade. “O sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitalistas e não os pequenos produtores” (SILVA, 1986, p. 17). Segundo ele, as mudanças que têm sido promovidas ao longo da história, tiveram o objetivo de aumentar os lucros dos capitalistas e não promover a justiça social.

Do ponto de vista político, a exclusão do camponês se manifestou sob dois aspectos principais. Em primeiro lugar, “Por serem pobres, esses camponeses estavam excluídos de toda e qualquer participação na estrutura de poder de então” (MARTINS, 1981, p. 40). Sua participação se dava sempre por via indireta, através dos coronéis ou dos padrinhos, figuras centrais na sustentação do poder instituído, aos quais serviam de massa de manobra. Essa falta de uma representatividade própria e autônoma, nos canais instituídos de representação política, é marcante na história política do campesinato brasileiro. A dependência em relação aos grandes proprietários, o desconhecimento e a falta de acesso aos canais legítimos de representação, a dificuldade de construção de uma identidade enquanto classe, constituíram as bases da dominação pessoal, enquanto mecanismo de subordinação política do camponês brasileiro (FRANCO, 1986; DURHAM, 1984; MARTINS, 1981).

Há, no entanto, um segundo aspecto dessa exclusão política do camponês. É a falta de percepção e de reconhecimento de suas manifestações enquanto agente social e político, por parte da sociedade instituída. Uma espécie de cegueira que afeta tanto as elites econômicas e políticas, quanto os próprios intelectuais.

[...] alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais. [...] A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana - uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. [...] A história brasileira é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, e não uma história de trabalhadores e rebeldes (MARTINS, 1981, p. 25-26).

É preciso não esquecer que os maiores movimentos e revoltas populares, que culminaram com o desencadeamento de luta armada, são as guerras produzidas por populações camponesas. A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra predominantemente camponesa. As proporções assumidas pela Guerra de Canudos também não são nada desprezíveis.

Não obstante suas proporções e sua importância, esses e outros tantos acontecimentos, envolvendo camponeses, permanecem como fatos isolados e esquecidos.

Segundo Martins (1986), mesmo quando estudados ou tomados em consideração, uma das principais características atribuídas aos movimentos camponeses é a de girarem aparentemente fora do eixo da política e, portanto, de serem, na aparência, destituídos de caráter e alcance político. Os inúmeros e variados movimentos camponeses que, sobretudo a partir da Proclamação da República, marcaram a história brasileira, são tidos como movimentos localizados e sem

dimensões políticas, de características anárquicas, e comprometedores da unidade nacional.

Essa visão se acentua na idéia da incapacidade política do povo e principalmente dos camponeses que, desde o império, tem levado as elites a substituí-los e a representá-los no campo político-institucional. A pressuposição da incapacidade política tem levado as forças políticas sensíveis aos problemas das populações do campo, a atuar, basicamente, no sentido de fortalecer a sua representação política, em detrimento de sua participação política (Ibidem, p. 25-26).

O certo, porém, é que os camponeses, historicamente, se mostraram incapazes de ampliar seu espaço de participação no campo político-institucional, delegando, normalmente, sua representação a outros grupos, advindo daí essa ótica de não percepção.

4. Camponeses no Sul do Brasil

Ao contrário do que foi acima descrito, os núcleos coloniais do Sul do Brasil, incluindo-se aí o Oeste Catarinense, tiveram uma origem bastante diferenciada, tanto no que se refere aos objetivos de sua implantação, à população envolvida, aos destinos da produção, bem como ao que se refere às expectativas da sociedade brasileira em relação aos mesmos.

Em primeiro lugar, sua implantação não se deu pelo processo de intrusamento (ocupação de terras devolutas, sem emissão de título de posse), ou pela concessão de terra ociosa dos latifúndios, mas sim pela apropriação privada da terra, mediante o pagamento de uma certa quantia em dinheiro, dentro dos moldes estabelecidos pela Lei de Terras de 1850.

Em segundo lugar, no que se refere à população que os constituíram, a mesma não adveio dos excluídos da pro-

dução agrícola mercantil (desclassificados), existentes no Brasil. Ao contrário, assentou-se na importação de camponeses brancos, europeus (alemães e italianos principalmente), aqui chegados através do estabelecimento de correntes migratórias, promovidas pelo governo brasileiro, preocupado em atender a certas demandas existentes na produção agrícola do país. Vê-se, pois, que a sua origem não se deu por um processo de exclusão ou de desclassificação, a sua vinda foi promovida e até aguardada com expectativa.

As razões que motivaram a implantação de tais núcleos de pequenos proprietários, dentro da lógica de fortalecimento da grande propriedade que, como se viu, predominou em toda a história brasileira, são complexas. Apresentamos a seguir alguns elementos, no intuito de facilitar a compreensão da gênese das características socioeconômicas e culturais da população camponesa do Oeste Catarinense, mais especificamente dos chamados camponeses de origem⁶, a partir do processo histórico de sua constituição.

É preciso considerar que, do ponto de vista do Brasil, a imigração representava uma solução bastante promissora a inúmeros problemas de difícil solução interna, dentro dos parâmetros da mentalidade vigente na época.

Durante o século XIX o Brasil vivia a crise do modelo de produção, baseado na escravatura, uma vez que a estagnação do tráfico negreiro e a iminência da abolição colocavam para a grande propriedade a urgência da busca de solução para a falta de braços para o cultivo do café que se fazia pressentir. O mesmo ocorria com outros setores, como o serviço público em geral, em que a falta de trabalhadores era gritante (PEREIRA, 1974).

Mas a alta rentabilidade da lavoura de café levou à concentração de todo o potencial produtivo da grande propriedade em torno daquele produto, deixando em aberto a pro-

dução de alimentos para o consumo interno, o que poderia ser perfeitamente resgatada pelo estabelecimento de núcleos de pequenos proprietários. Porém, as razões para o estabelecimento de uma política de migrações estrangeiras não se resumiram ao setor econômico. Também concorreram razões de ordem cultural e étnica.

A preocupação das elites brasileiras com a proporção excessivamente grande de negros e *pessoas de cor* na composição da população brasileira, vista como um obstáculo ao desenvolvimento do país, levou ao desenvolvimento da ideologia do *branqueamento*, no interior da qual se defendia a importação de brancos, estes sim, preparados para o trabalho sério e produtivo. O estabelecimento de uma política de imigração, foi vista, então, como única possibilidade de livrar o Brasil da degradação. Sob este prisma, o imigrante representava, então, o ideal de trabalhador e de homem a ser buscado, por ser branco, europeu e mais afeito ao trabalho disciplinado, produtivo e empreendedor (SANTOS, 1978; CARVALHO, 1989; FRANCO, 1974; RENK, 1990).

Segundo Martins (1982), o objetivo principal da imigração era a substituição da mão-de-obra escrava nas grandes lavouras e a motivação básica para a vinda de imigrantes estava no forte preconceito das elites brasileiras em relação aos camponeses nacionais, considerados incapazes, indolentes, fracos, vagabundos e toda uma sorte de atributos negativos, como foi antes descrito.

A chegada do imigrante se deu, portanto, em oposição ao camponês nacional. E desde a chegada confrontou-se com o mesmo. Na disputa do espaço, apoiou as empresas colonizadoras no desalojamento e expulsão dos caboclos, representados como *intrusos*⁷. Essa *limpeza da área* foi feita, freqüentemente, através de métodos violentos, como é o caso dos despejos, nos quais os caboclos que se negavam a sair *com as boas* eram jogados em cima de caminhões-caçam-

ba, junto com seus pertences e depois despejados na beira de estradas, longe do local de origem. Seus ranchos, geralmente, eram queimados para evitar o retorno.

Em termos culturais a afirmação dos camponeses *de origem* se deu justamente pela incorporação da ideologia e do preconceito das elites e, conseqüentemente, pela negação do modo de vida do caboclo, tanto na forma de produzir, quanto em relação aos valores. Nesse sentido identificaram-se com o projeto dos grandes fazendeiros e da sociedade instituída como um todo.

Não obstante, os núcleos coloniais nunca concorreram com a grande propriedade. Nunca disputaram espaço com as grandes fazendas e estâncias. As terras que receberam estavam situadas nos estritos limites das que foram enjeitadas pelas grandes propriedades, por serem as mais montanhosas, isoladas e de difícil acesso, razões pelas quais não eram cobiçadas. Sua disputa de espaço se deu, então, em relação aos outros excluídos, no espaço destes e não em relação à grande propriedade.

Dessa forma, a instalação desses núcleos coloniais de pequenos proprietários no Sul do Brasil não significou uma ameaça a essa lógica de fortalecimento da grande propriedade, uma vez que sua instalação se deu nos estritos limites das terras que, pelas características do relevo, não interessavam à grande propriedade.

As sucessivas necessidades de migração parecem demonstrar isso. Ocorre que, utilizando estratégias diversas, comerciantes e industriais passaram a extrair sobre-trabalho dos camponeses, em tal nível que muitos deles apenas conseguiam, com muito esforço, praticando jornadas de trabalho de até 12 ou mais horas, reproduzir o mesmo ciclo de produção, ano após ano, sem conseguir qualquer melhoria nas condições de vida, e sem conseguir ampliar sua propriedade, em vista dos filhos que se tornavam adultos e preci-

savam constituir suas próprias unidades produtivas (SANTOS, 1978; MARTINS, 1982).

Sem alternativas, com poucos recursos, esses camponeses, sobretudo os casais mais jovens, viam diante de si poucas alternativas, a não ser migrar para uma região ainda inexplorada. Nesse sentino, Uczai afirma: "Este deslocamento deve-se, antes de tudo, à impossibilidade do pequeno produtor de se reproduzir enquanto tal no local de origem" (UCZAI, 1992, p. 24).

Acrescente-se a isso a observação feita por Martins (1981), segundo o qual, os núcleos camponeses de pequenos proprietários no Sul foram implantados principalmente para passar ao exterior a imagem de que a política migratória brasileira destinava-se à constituição de uma agricultura baseada em pequenos proprietários prósperos e não para servir de mão-de-obra à grande lavoura, como na verdade ocorreu. Sob esse prisma, os novos camponeses, pequenos proprietários, faziam parte de uma estratégia de viabilização e fortalecimento da grande produção.

Por isso mesmo, é que o estabelecimento de correntes migratórias para o Brasil dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, ainda que expressando a abertura de uma fenda na estrutura das relações sociais, se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros. O espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 1982, p. 97).

Ou seja, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio. Surgiu, isto sim, como um complemento deste, como uma nova condição de reprodução da grande lavoura.

Dessa forma, esses núcleos camponeses parecem reproduzir, de outra forma, a mesma dialética *inclusão/exclusão* que marcou a existência do campesinato brasileiro desde a origem.

5. Camponeses no Oeste Catarinense: considerações sobre o processo histórico de sua constituição

A colonização do Oeste Catarinense por descendentes de imigrantes, em regime de apropriação privada da terra, deu-se então, dentro dessa mesma lógica, sem comprometer o espaço da grande propriedade.

O esgotamento da fronteira agrícola nas terras destinadas à colonização no Estado do Rio Grande do Sul forçou a saída de muitos camponeses (sobretudo casais jovens) para outros Estados, especialmente para o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. Montanhosas, de difícil acesso e enfeitadas pela grande propriedade, essas terras se assemelhavam muito às recebidas pelos primeiros colonizadores, quando da sua chegada ao Brasil. Alardeadas como fonte de fortuna e progresso, as novas terras foram, então, de novo, a *terra prometida*, onde muitos camponeses, já sem espaço no seu lugar de origem, vieram semear suas esperanças de uma vida melhor (UCZAI, 1992).

A estratégia do governo catarinense para promover a colonização foi a concessão de grandes áreas a empresas colonizadoras que se encarregaram da retirada de madeira e subdivisão da área em pequenos lotes a serem vendidos para os descendentes de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul, e também pela *limpeza* da área, que consistia na retirada dos caboclos *intrusos* que habitavam a região.

O processo de colonização, embora tenha iniciado em 1910, só ganhou impulso após a solução do conflito de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, em 1916. A partir de

então o governo catarinense passou a dar um franco incentivo ao processo colonizador, em vista de consolidar sua presença na região, porém, apesar do município de Chapecó ter sido desmembrado do município de Palmas já em 1917, parece mais correto afirmar que, em Chapecó e arredores, a colonização ganhou maior impulso a partir de 1930, aproximadamente, estendendo-se até a década de 60⁸.

A chegada dos imigrantes filhos de italianos e alemães ao Oeste Catarinense foi precedida por alguns fatos importantes, como a abertura de ferrovias (no Meio-Oeste) e a instalação de grandes empresas madeireiras que promoveram a extração da madeira, em grande escala (Brazil Railway, suas subsidiárias e outras madeireiras) (POLI, 1991; RENK, 1990 e 1991).

Essas iniciativas, no entanto, se por um lado viabilizaram o início da ocupação da região por esses camponeses, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, por outro não significaram a garantia de existência de vias de acesso às terras por eles adquiridas e nem a possibilidade de estabelecimento de um sistema de circulação de mercadorias. Todos os depoimentos, colhidos junto às lideranças camponesas no curso da presente pesquisa, dão conta das enormes dificuldades enfrentadas e do isolamento a que ficaram submetidas suas famílias nos primeiros anos de instalação na região. A quase absoluta falta de contato com o mercado forçou o desenvolvimento, nos primeiros anos de ocupação, de uma produção praticamente auto-suficiente em termos de subsistência. Segundo os relatos obtidos, os únicos contatos com o mercado eram feitos em cidades (ou vilas) do Estado do Rio Grande do Sul, como Nonoai, Frederico Westphalen e Erechim, o que implicava em percorrer grandes distâncias, utilizando canoas para a travessia do rio Uruguai e carros de bois ou cavalos para o transporte terrestre. Os únicos produtos comercializa-

dos pelos camponeses (que foram citados pelos entrevistados) eram, praticamente, o mel, a banha e/ou toucinho de porco e feijão. Os recursos obtidos destinavam-se à aquisição especialmente do açúcar, do sal, do querosene, roupas e alguns outros poucos produtos de primeira necessidade. O depoimento a seguir ilustra bem essa situação.

- Olha [...] o meu avô [...] ele contava prá nós que, nos primeiros anos, quando eles entraram em Pratas, eles não tinham prá quem comercializá os produto. Então eles viviam da caça, da pesca [...] o produto prá consumo e levavam até Nonoai no RS. Levavam de canoa os produtos até Nonoai. E de lá eles traziam sal, traziam coisas que eles precisavam aí, porque não tinham aonde i buscá, né.

- Levavam o que basicamente? Milho [...]

- Levavam feijão, mel de abelha a [...] banha de porco, que eles engordavam, né, os porcos, tiravam a banha e levavam. Então basicamente era isso que eles levavam. E traziam o sal, traziam o [...] outras coisas [...] roupa [...] alguma coisa que eles precisavam, né. Mais tarde, ele conta que foi aberto, então, essa estrada geral aqui de Chapecó a São Carlos, Palmitos [...] Aí era uma fonte de recurso. Tinha duas fontes de recursos basicamente, prá eles na época. Uma era trabalhá na estrada, porque foi aberta na base da picareta, né. Então aí, ganhavam no estado [...] e uma outra fonte de renda era esperá [...] esperá que chovesse bastante, dá uma enxente bastante grande, prá eles corre balsa no Rio Uruguai [...] levá prá Argentina.

- Levá madeira?

- *Levá madeira prá Argentina. [...] Diz que era o dinheiro mais rápido que acontecia. Era a safra melhor deles. E plantavam pro consumo, né, basicamente. Depois mais tarde, claro, começô o pequeno comércio em São Carlos [...] e [...] em Caxambú [...] Começô a desenvolve [...]* (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical na região. Participou ativamente também da organização de outros movimentos - grifos do autor).

Sem entrar em maiores detalhes, esses relatos servem apenas para demonstrar que, os primeiros anos da

ocupação das terras do Oeste Catarinense foram marcados por um desenvolvimento precário, aquém do potencial produtivo existente. Aos poucos, porém, após 1940, com a chegada de um número maior de famílias e com a abertura de diversas estradas (estratégicas do ponto de vista do contato com o mercado)⁹, começou a estruturar-se, na região, um mercado regular para produtos agrícolas. A partir de então o Oeste Catarinense passou a caracterizar-se por uma agricultura voltada à produção regular de excedentes, inclusive com a produção de alguns itens quase que exclusivamente destinados ao mercado, como é o caso dos suínos. Aliada à produção e comercialização do feijão, a produção de suínos foi, sem dúvida, o grande fator de afirmação e desenvolvimento da produção camponesa na região. Tanto que a influência da modernização agrícola no desencadeamento da crise da economia camponesa tradicional na região se fez sentir principalmente através da crise da suinocultura, a partir da metade dos anos 70. Paralelo a essa produção voltada ao mercado, havia o cultivo de uma série de outros produtos como o arroz, o trigo, a mandioca, a batata etc., bem como galinhas, leite, ovos, etc. que, eventualmente, podiam ser comercializados, porém sempre em caráter esporádico e complementar.

Índio Campos, apud Uczai (1992, p. 26), sintetiza o que ocorreu na região entre as décadas de 40 e 60 da seguinte forma:

A multiplicação das unidades familiares e sua expansão geográfica, a mercantilização destas mesmas unidades familiares e a expansão dos grandes frigoríficos, deram a tônica do desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense na década de 40 até meados da década de 60, tivemos pois, um processo de expansão horizontal da pequena produção que

por sua vez sustentava uma forte acumulação agroindustrial (grifos do autor).

Ao chegarem ao Oeste Catarinense, os imigrantes encontraram-no habitado por uma população rarefeita, miscigenada e andarilha, que vivia em quase total isolamento, praticando uma produção voltada à subsistência e que, pelo que mostra a literatura, foi comum à maior parte do território brasileiro. Como coloca Renk (1990), tratava-se de uma população que procurava não viver totalmente isolada, pela necessidade de conseguir alguns produtos no mercado, como por exemplo, o sal e o querosene, mas que, afora isto, era praticamente auto-suficiente e mantinha um contato muito precário com a sociedade abrangente.

Contando, frente a esse episódio, com o apoio do Estado, os imigrantes viram nos antigos moradores, seus inimigos e estabeleceram com eles uma relação de hostilidade e desprezo. Empurrando-os para espaços acidentados, lugares íngremes nas margens dos rios, destruindo seu espaço social. Muitos se tornaram assalariados, bóias-frias e itinerantes (POLI, 1991; RENK, 1990; UCZAI, 1992). Os depoimentos colhidos também atestam essa situação. Veja-se, por exemplo:

- E os caboclos, o que eles faziam?

- É, os caboclos viviam [...] sabe. Quando começô entrá a migração européia, o branco, o italiano, alemão, polonês, na nossa região, a maioria vieram do RS [...] começô comprá das colonizadoras a área de terra, o caboclo ia indo [...] O caboclo, então ficô meio espremido nas costas dos rios. E ali eles faziam as rocinha prá [...] prá alimentação, alguma coisinha prá venda. Mas o recurso que eles conseguiam prá [...] vamo dizê assim, prá comprá ropa, prá comprá o calçado [...] era geralmente trabalho de diarista. Diarista ou empreitada e tal, que eles iam trabalhá pros italianos, pros alemães, enfim, pro pessoal que tava ali. (Camponês, um dos organi-

zadores da 1ª oposição sindical na região. Participou ativamente, também, da organização de outros movimentos).

A observação desse fato é muito importante para registrar a ambigüidade e o caráter contraditório da existência desses camponeses que, mesmo fazendo parte da lógica de preservação e fortalecimento da grande propriedade, disputando o espaço dos excluídos (as terras enjeitadas pela grande propriedade) com outros camponeses também excluídos, por vezes sentiam-se aliados da grande propriedade e combatiam a seu lado contra populações também marginais.

Mais do que tudo, o que parece importante destacar é que, apesar de se dar dentro da mesma lógica de privilegiamento da grande propriedade, ocupando o lugar social dos excluídos, as diferenças no processo de constituição desses núcleos, bem como as diferenças no patrimônio cultural trazido no momento da imigração (modelo original), herdado das comunidades camponesas tradicionais da Europa, provocaram o desenvolvimento de uma população e de comunidades camponesas com padrões culturais, organização produtiva e modo de vida significativamente diferente das populações rurais e de outras regiões do país ou mesmo das populações rurais que os precederam na própria região. Ou seja, essa origem e gênese diferenciada levaram ao desenvolvimento de características, culturas e expectativas também diferenciadas.

As páginas a seguir serão destinadas a estabelecer uma diferenciação entre a realidade desses camponeses, descendentes de imigrantes europeus, que aqui serão denominados simplesmente de camponeses *de origem*, e os *caboclos* como serão aqui denominados os camponeses cuja origem e modo de vida, ao que tudo indica, mantem uma relação de semelhança com aqueles que Franco (1974) chamou de homens livres e pobres, ou *desclassificados* (SOUZA, 1982) e que, desde o período da escravatura, viveram e se reproduziram à

margem do processo produtivo da agricultura comercial, estando presentes na maior parte do território brasileiro.

A denominação *caboclo* carrega uma acentuada conotação pejorativa e é, em grande medida, fruto do preconceito e do caráter etnocêntrico da representação dos camponeses *de origem* (e das elites) sobre essa população. Aqui será mantido o termo de *caboclo* precisamente para demonstrar o caráter preconceituoso que marca a sua inserção na sociedade brasileira¹⁰.

Uma das principais diferenças refere-se aos objetivos da produção. Enquanto a maioria dos estudos destacam que os caboclos produziam quase que exclusivamente para o seu próprio consumo, mantendo um contato bastante precário e esporádico com o mercado, a produção dos camponeses *de origem* se organizou, em grande medida, em função do mercado. Ou seja, passados os primeiros anos da instalação na região, caracterizados pelo isolamento e pela dificuldade de contato com o mercado, na organização da produção destes, passou a existir um ou mais produtos cuja produção não se destinava a atender às necessidades internas de consumo da unidade produtiva, mas sim, estava voltada para as necessidades do mercado¹¹.

Paralelo à produção desses produtos para o mercado, ocorria toda uma produção de subsistência cujos excedentes podiam, eventualmente, ser comercializados, desde que atendidas as necessidades internas de consumo; porém, parece importante esclarecer que na determinação do *o que* e do *como* produzir, e mesmo no tempo dedicado à produção, os produtos destinados ao mercado tinham tanto ou mais peso que a produção destinada à subsistência.

Como já se fez referência, a implantação dos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, se deu com base na apropriação privada da terra, mediante sua aquisição por certo valor em dinheiro, o que representa

uma situação incomum na formação do campesinato brasileiro¹². Isto significa que, enquanto a chegada dos camponeses *de origem* foi promovida pelo sistema produtivo nacional, o surgimento dos caboclos se deu devido a sua exclusão do processo produtivo baseado na escravatura. Esse foi o caso mesmo dos caboclos que habitavam o Oeste Catarinense quando da chegada dos camponeses *de origem*. Estes, por sua vez, promoveram a superação dessa modalidade de posse mediante deslocamento da população cabocla do seu espaço. *Essa diferente origem marcou significativamente tanto a organização do processo produtivo e o destino da produção, quanto o desenvolvimento social e cultural da população.*

A impossibilidade de participar do processo produtivo como força de trabalho e a inexistência de mercados para os produtos agrícolas, (os centros urbanos eram quase inexistentes e as grandes propriedades eram, em grande medida, auto-suficientes) forçavam a população brasileira livre e pobre (caboclos) a viver à margem do processo produtivo e numa condição de quase total isolamento (DURHAM, 1984).

Mesmo com a abolição da escravatura e a criação gradativa de um mercado interno para os produtos agrícolas, alguns fatores de origem cultural impediram a integração efetiva dessas populações caboclas ao mercado nacional. Por um lado, o forte preconceito que recaía sobre a população negra e mestiça impedia sua inclusão como mão-de-obra livre. Por outro lado, a sua própria organização produtiva historicamente assentada sobre a produção para o consumo, parece ter dificultado a constituição de um excedente regular para ser vendido no mercado interno.

Para ilustrar o modo como essa forma de produção era vista pela sociedade brasileira organizada, é interessante o relato do Príncipe Maximiliano, que percorreu a região do

Rio de Janeiro e Espírito Santo no século XIX e é citado por Durham (1984, p. 49):

Nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres e esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros, mulatos e outras gentes de cor [...] Pobres demais para comprar escravos e demasiado indolentes para o trabalho, preferem morrer de fome.

Spix e Martins apud Durham (1984, p. 50), também citados pela mesma autora, falando sobre o sertão da Bahia, escrevem:

Uma palhoça imunda tendo em volta uns pés de banana matratados, uma roça de feijão e mandioca, umas cabeças de gado e alguns cavalos magros, que buscam eles próprios a subsistência, eis a mais alta inspiração desses mulatos. Alimentam-se com ervas, carne de vento, leite e requeijão e, durante o tempo dos frutos, sobretudo os do imbuzeiro [...].

Mesmo carregados de elementos ideológicos inerentes à cultura das elites, esses textos, ao que parece, ajudam a elucidar traços do modo de vida e de produzir da maior parte do campesinato brasileiro, formado às margens da grande propriedade, durante todo o período em que predominou a escravatura, no qual podem ser percebidas semelhanças com o modo de vida e de produção dos caboclos e sobre os quais pesava o mesmo preconceito.

Bastante diferentes parecem ter sido as condições dos camponeses *de origem*, uma vez que, pelo menos num certo sentido, dentro das razões para a instalação dos núcleos desses camponeses, estava a produção de excedentes para o mercado de víveres que começava a se formar. Disso resulta que, passados os primeiros anos da instalação, os excedentes produzidos tinham uma destinação mais segura, o que justificou a existência de um trabalho mais sistemáti-

co e contínuo, voltado, deliberadamente, à produção desse excedente, que se tornou, então, significativo e regular. O mesmo fato também favoreceu o desenvolvimento de uma ética do trabalho compatível com essa situação. Os camponeses *de origem* são, então, camponeses integrados, mesmo que de forma parcial e imperfeita¹³, ao mercado capitalista, embora ainda mantenham em relação a ele uma considerável parcela de autonomia.

Esse contato com o mercado parece ter sido fator essencial para a própria preservação do patrimônio cultural, trazido dos países de origem. Nas palavras de Durham (1984, p. 54):

Onde a população continua esparsa e se localiza longe dos centros urbanos, é impossível encontrar compradores para os produtos agrícolas que justifiquem a utilização de técnicas mais intensivas. Na ausência de mercado, a produção se atrofia. A permanência dessas condições leva a perda definitiva das técnicas mais produtivas que, não sendo praticadas, desapareceram do equipamento cultural das gerações seguintes.

Mesmo que, inicialmente, a reconstrução do modelo cultural tenha ocorrido fortemente ligado à questão religiosa¹⁴, é provável que a permanência, por muito tempo, da falta de mercado para os excedentes, tivesse tornado sem sentido o uso de técnicas de trabalho mais intensivo, racional e produtivo.

A partir dessa constatação, parece possível compreender a agricultura itinerante e o nomadismo dos caboclos, bem como as condições de afirmação e desenvolvimento dos camponeses *de origem* que conheceram, inclusive, alguns períodos de prosperidade. Parece possível, enfim, compreender as significativas diferenças entre a agricultura dos camponeses *de origem* do Sul e a agricultura dos caboclos,

presente em quase todo o país e mesmo no Sul, de forma marginal.

A respeito do nomadismo que caracterizou a população cabocla, vale ressaltar o seu caráter individual, devido, ao que parece, à ausência de elementos de coesão suficientemente fortes para manter o grupo unido, sendo visível a facilidade com que podia ocorrer a segmentação dos grupos familiares (QUEIROZ, 1976). A partir dessas condições históricas, o nomadismo tornou-se um traço cultural, ou seja, fez parte de *habitus* do caboclo¹⁵.

Entre os camponeses *de origem* esse nomadismo não se registrou, e mesmo quando ocorria o deslocamento espacial de alguma família conjugal, os vínculos desta com a família ampliada eram mantidos. As migrações que acompanhavam as sucessivas gerações desses camponeses tinham o único objetivo de viabilizar a reprodução da unidade produtiva. No entanto, uma vez instalada, a família tendia a permanecer no mesmo espaço, por longos períodos, estabelecendo fortes laços de solidariedade e de convivência com o grupo de vizinhos, grupo este caracterizado por uma acentuada estabilidade. Além disso, normalmente, os laços com seu grupo de parentesco eram mantidos e realimentados com visitas periódicas, correspondências e mesmo entreatada em eventuais dificuldades. O depoimento a seguir, feito por um dos camponeses entrevistados, caracteriza essa perspectiva de fixação a um lugar, e o sonho de uma vez adquirida uma terra, nela permanecer:

[...] depois que eu casei, casei no ano de 70, daí nós decidimo comprá um pedaço de terra suficiente prá consegui sobrevivê alí, criá uma família [...] E foi aqui no Itá onde achamo um pedaço de terra boa e onde nós pensemo em chegá ali, fazê a nossa vida, vim ali morá e ficá [...] passá até [...] Nunca pensamo em vendê, saí [...] Achamo esse lugar ali e pensamo em construí a nossa família e passá o resto de nos-

sa vida na comunidade de Linha Alvorada, que fica na costa do Rio Jacutinga, um pouco antes da barra onde que o Jacutinga chega no Uruguai (Camponês, Líder do MAB e líder da oposição sindical do município de Itá-SC).

Observa-se, assim, que essas diferenças na forma de constituição e inserção na sociedade envolvente influenciam decisivamente o surgimento de padrões culturais distintos.

Um elemento destacado no estudo de Franco (1974)¹⁶ sobre os que chamou de *homens livres e pobres* do meio rural brasileiro é a presença acentuada da violência nas relações sociais (vizinhança, parentesco, lúdico) dessas populações. Os elementos de ruptura e tensão estavam fortemente presentes e eram até constitutivos das relações comunitárias. A violência aparecia incorporada numa moralidade que a considera legítima e mesmo um imperativo. Esse mesmo fenômeno, pelas evidências percebidas, também caracterizou o cotidiano de vida dos caboclos¹⁷.

Já entre os camponeses *de origem*, esse traço de violência explícita, manifestado pela forma do confronto pessoal direto, era praticamente ausente das relações interpessoais e comunitárias. As razões para tal fato, talvez sejam a forte estruturação e estabilidade dos grupos familiares e comunitários, organizados sobre as regras de convivência e cooperação claramente definidas e tacitamente aceitas por todos, sendo mesmo, essa aceitação, uma condição essencial para a participação em tais grupos. Ao que parece, a existência da propriedade privada da terra favorecia essa estruturação dos grupos, tanto pela baixa mobilidade espacial das famílias, quanto pela regulamentação das questões de herança, que evitava a dispersão das famílias.

Reforça-se assim a afirmação de que sua diferente posição em relação ao sistema socioeconômico gerou uma realidade também diferenciada, onde se tornou possível uma maior

coesão, estruturação e estabilidade dos grupos e o exercício de um poder político regulador das relações sociais.

Acredita-se que essa coesão grupal, aliada à existência de uma tradição de organização comunitária, tenha sido um dos fatores que facilitou a constituição de identidades e de estruturação do grupo em torno de idéias, sentimentos e objetivos comuns. Entende-se que um grupo estável, com experiência de organização comunitária, com um conjunto de valores comuns, onde a convivência e a solidariedade grupal sejam valorizadas, parece mais propenso a unificar-se em torno de identidades e desenvolver relações solidárias em torno de objetivos comuns.

Um outro aspecto de diferenciação da realidade dos camponeses *de origem*, em relação aos caboclos, é a presença da dominação pessoal como mediação das relações dos grupos de camponeses com a sociedade global. Queiroz (1976), Durham (1984), Franco (1974) e outros estudos destacam que, devido a sua condição marginal e sua exclusão em relação ao modelo socioeconômico vigente, o contato dos homens livres e pobres do meio rural brasileiro com a sociedade envolvente tendia a ser sempre mediatizado por um padrinho ou compadre, a quem recorriam em caso de qualquer necessidade. Em contrapartida o padrinho passava a exercer forte controle e dominação pessoal sobre os camponeses, sendo esse expediente, talvez, o principal recurso de controle e fonte de poder político local. Os autores destacam que o coronelismo e o compadrio foram, por longo período, a base do poder político do país. No Oeste Catarinense, no espaço em que se desenvolveram os núcleos coloniais de pequenos proprietários, objeto do presente estudo, pelo que se constatou neste e nos demais estudos consultados, o contato dos caboclos com a sociedade envolvente foi muito frágil e também dependeu da intermediação de lideranças locais, que centralizavam gran-

de parte do exercício do poder e sobretudo tinham possibilidade de influenciar os que o exerciam, muito embora não se possa caracterizar a existência do compadrio e do coronelismo pelos mesmos moldes ou critérios em que ocorreram em outras regiões do país, em boa parte de nossa história.

Essa mediação, que marcou a relação dos caboclos com a sociedade global, não se registrou entre os camponeses *de origem* do Sul do Brasil. Neste caso, os camponeses, mesmo participando de forma subordinada e parcial no mercado capitalista, sempre o fizeram de forma direta, sem a intermediação dos padrinhos ou compadres¹⁸. As formas de compromissos pessoais mútuos existentes entre os camponeses e os pequenos comerciantes limitaram-se ao campo social e econômico, sem envolver fidelidade política. Assim, ao participar do mercado capitalista, de forma subordinada, os camponeses *de origem* estavam sujeitos a diversos mecanismos de exploração econômica que, de diversas maneiras, possibilitavam a extração de sobre-trabalho camponês. E mesmo politicamente, há estudos que destacam a subordinação dos camponeses *de origem* ao poder político urbano¹⁹. Mas essa subordinação não se fazia pelo recurso à dominação pessoal e sim pela subordinação coletiva às regras do mercado capitalista e pela fragilidade da sua organização política em torno dos seus interesses comuns, no confronto com outros interesses presentes na sociedade. Ou seja, sua subordinação política estava ligada à inexistência de articulação entre grupos e regiões mais amplos e não à dominação pessoal. São, portanto, formas diferenciadas de controle político, que não podem ser abarcadas no mesmo conceito de dominação pessoal, mas pode ser utilizado para os caboclos.

Essa forma de contato com a sociedade global, de forma direta e sem a intermediação de um padrinho, favoreceu o exercício da negociação e defesa dos próprios inte-

resses frente aos interesses de outros grupos. E mesmo, ao que parece, a inexistência da dominação pessoal como eixo articulador das relações com a sociedade global, favoreceu o reconhecimento da inexistência de interesses distintos e até opostos na sociedade. No contexto da dominação pessoal, isto ficava prejudicado pela aparente igualdade entre o padrinho e o apadrinhado.

A questão étnico-cultural é outro fator de diferenciação a ser destacado. Sendo excluídos do processo produtivo, a reprodução dos caboclos deu-se fora do controle e, principalmente, fora dos padrões e normas definidas pelo sistema socioeconômico vigente, sobretudo pela Igreja Católica. Ao contrário disso, entre os camponeses *de origem*, percebe-se um rígido controle da reprodução exercido pela Igreja Católica.

A miscigenação racial parece ser mesmo a característica dominante da reprodução cabocla, sendo a mestiçagem uma das causas principais do preconceito que pesava sobre eles, por parte da ideologia racial das elites. Preconceito este que se constituiu na grande barreira a limitar o cruzamento entre os caboclos e os camponeses *de origem*, já que estes, na maioria das vezes, mantinham uma relação de desprezo para com os caboclos. O casamento de um filho ou filha *de origem* com um caboclo era considerado quase uma desgraça, ligada, geralmente, à questão da inexistência da propriedade e das diferenças em relação à concepção de trabalho.

Como se pode observar pelos relatos transcritos a partir de Durham (1984), há uma forte tendência em conceituar a população livre e pobre do meio rural brasileiro como doente e desnutrida. Isso pode ser percebido também na literatura, através de personagens como o Jeca Tatu. A preguiça era tida às vezes como causa, às vezes como decorrência. No entanto, de qualquer modo, essa caracterização

profundamente negativa dessa população por parte das elites brasileiras parece estar na base de sua exclusão do processo produtivo, mesmo no momento de substituir o trabalho escravo. Os homens livres e pobres do meio rural brasileiro representavam para as elites a negação do conceito de trabalhador adequado ao desenvolvimento do país. Esse mesmo preconceito e essa mesma exclusão, se tornaram constitutivos dessa população que, ao experienciar a exclusão, desenvolveram um modo de vida e uma cultura adequada à vida às margens da sociedade instituída. Esse parece ter sido também o caso dos caboclos. Tanto os documentos escritos pesquisados, quanto as expressões colhidas por este e outros estudos consultados, indicam o forte preconceito que pesava sobre os caboclos da região.

Renk (1990), destaca a diferença existente entre a representação interna e externa do grupo. O que aparece como displicência e miséria na representação externa, na verdade faz parte de uma forma diferente de conceber o tempo, o trabalho e os frutos do trabalho, desenvolvida a partir de suas condições concretas de vida e que, incorporada como *habitus*, acabou se tornando constitutiva do modo de vida dos caboclos.

O que se vislumbra é um grupo com 'outro sistema'. Com outro mapa cognitivo, que não o do colonizador. As suas práticas costumeiras, as do cultivo, da finalidade da atividade laborativa, de tempo e de seus ritmos, com direito ao ócio e à 'perda de tempo', nada mais são que internalizações das 'estruturas mentais', sob a forma de hábitos [...] Estas estruturas mentais, diferenciam-se daquelas dos colonizadores. O 'sistema de brasileiro', visto de fora como 'natureza' é antes a história feita natureza (RENK, 1990, p. 164).

Por seu turno, os camponeses *de origem* representavam, no pensamento das elites, o oposto do caboclo, ou seja, o

modelo que precisava ser importado. Símbolo de virtude e de personalidade. Sua tez clara representava a possibilidade de salvação do país da degradação e do caos que a forte presença do negro e do mestiço na população poderia provocar (ideologia do branqueamento). E nesse caso também, *a forma de representação dos camponeses de "origem" no interior da ideologia ambiente, parece ter atuado como constitutivo do modo de vida e da evolução cultural destes*. Ou seja, assimilando os preconceitos e os valores da ideologia ambiente, os camponeses *de origem* buscaram reproduzi-la, afirmando-se, ante os outros grupos, através da realização das virtudes por ela definidas. A própria compulsão pelo trabalho, como garantia do progresso econômico e social, parece ter aí a sua base de afirmação.

Também a reprodução do preconceito sobre os caboclos é um exemplo disso. Em todos os depoimentos colhidos junto aos camponeses, explícita ou implicitamente, o preconceito aparece. Alguns entrevistados reconhecem ou registram a existência do preconceito, como o exemplo a seguir:

- Tinha problemas de relacionamento com os caboclos?
- Meu Deus!
- Preconceito?
- Era muito forte. Prá você ter uma idéia, vamo pegá essa questão das empleitadas, né. Então quando começô, já por causa do racismo, era muito forte isso. Então quando o serviço era muito pesado [...] Ah! Vamo dá pros nego! [...] Aí é que começô aquelas expressões: 'Serviço prá nego' [...] Aí quando alguém fazia um serviço mal feito [...] 'Isso só pode ser coisa de nego' (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Outros afirmam não haver discriminação ou preconceito, no entanto certas expressões utilizadas no decorrer da entrevista revelam que o preconceito está enraizado na

sua forma de representar o caboclo. O depoimento relatado a seguir é um exemplo bem característico dessa situação. Não obstante ter afirmado não existir preconceito em relação aos caboclos, o entrevistado, ao falar sobre a inexistência de terras disponíveis na região, fez o seguinte comentário:

Bom, a gente tentô comprá terra lá, má nós não tinha daí como comprá, porque daí já os que tinham, vamos supor, os que podiam saí, que era uns caboclo, já tinha, a maioria já tinha vendido²⁰. Tinha uns dois, treis ainda morando lá, mas eram bem enraizado, né [...] agricultor até mais ou menos, que pegô ritmo de alemão, né. Então tinha propriedade [...] tudo que um agricultor tem, né, que nem nós aqui também, né (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

Na representação deste entrevistado, quando o caboclo pegava ritmo do *de origem*, negando portanto sua forma original de ser, até podia tornar-se um agricultor *mais ou menos*. Portanto, embora não o perceba, pois nega a existência de preconceito, embasado nos valores e representações do seu grupo étnico, tende a caracterizar o caboclo em seu original como alguém inferior.

Enfim, como se pode observar, são realidades bastante diferenciadas, embora ambas possam ser contidas, com maior ou menor pertinência, dentro do conceito de *camponês*. Como já se afirmou anteriormente, as peculiaridades das experiências vivenciadas pelos camponeses *de origem*, a partir do modo como foram inseridos na sociedade brasileira, das expectativas desta em torno da implantação desses núcleos de camponeses e das condições de vida e de produção criadas, em interação com o patrimônio cultural trazido no momento da imigração (modelo original), influenciaram significativamente tanto a organização do processo produtivo, quanto o desenvolvimento social e cultural dessa população.

Quanto às expectativas da sociedade brasileira, é preciso considerar o fato desses camponeses terem sido trazidos para o país, entre outras coisas, para iniciar a implantação de um modelo de produção agrícola e de trabalhador, em oposição à população nativa. A ideologia do branqueamento via na excessiva participação de *pessoas de cor*, na composição da população brasileira, o principal entrave ao seu desenvolvimento. O imigrante representava assim, num certo sentido, o modelo de homem e de trabalhador que precisava ser importado para livrar o Brasil do caos e levá-lo ao progresso. A vinda desses camponeses aparece, então, fortemente ligada à idéia de progresso e de desenvolvimento.

Isto pode ser percebido nas manifestações da imprensa local e mesmo das autoridades do Estado sobre a vinda dos colonos, analisados por Belani (1991, p. 47). "Em todas as reportagens o 'colono' é inegavelmente visto como aquele elemento que, sob sua responsabilidade dependia o crescimento e desenvolvimento da região." Alguns trechos citados pela autora servem para ilustrar a questão.

Tem chegado, seguidamente caminhões repletos de colonos do estado do Rio Grande do Sul, nesta cidade e região à procura de compras de colônias. Chapecó, dado à fertilidade extraordinária de suas terras, está sendo procurado diariamente e, recebendo em seu seio o impulsor de seu progresso o colono (JORNAL A VOZ DE CHAPECÓ de 02/12/39, apud BELANI, 1991, p. 47).

Falando sobre os camponeses *de origem* que chegaram ao Estado de Santa Catarina, em 1925, o então governador do Estado, Antônio Pereira Oliveira, assim se expressou:

São elementos afeitos ao nosso clima e aos nossos hábitos e conhecedores das culturas mais adequadas, assim resta ao

estado dar-lhes uma assistência que lhes norteie o trabalho para uma melhor produção e os necessários meios de transporte para o escoamento do produto do seu trabalho (Mensagem governamental de Antônio Pereira Oliveira, de junho de 1925, apud BELANI, 1991, p. 45).

Um comentário da autora sobre o processo de colonização também parece ser significativo: "É incontestável que a nova força de trabalho ao se instalar, traz consigo o trabalho intensivo e estável e novas formas de vida na região" (BELANI, 1991, p. 74).

Um trecho citado por Renk (1991), apresenta um raciocínio semelhante: "Chegaram os primeiros colonos, os imigrantes, os oleiros da civilização e com estes a fortuna à região e o progresso de um trecho fadado pela natureza para ser o verdadeiro Éden" (COSTA FERREIRA, apud RENK, 1990, p. 52-53).

Destacam-se alguns aspectos recorrentes nessas manifestações: as virtudes dos novos habitantes, ligadas, sobretudo, à idéia de trabalho e a expectativa de que este trabalho geraria excedentes a serem comercializados, e com isso o crescimento e o desenvolvimento da região e do país. Esses fatores, ao que parece, influenciaram o comportamento dos camponeses na sua inserção no novo espaço, nas relações que mantiveram com os outros grupos e no seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

Os pontos destacados parecem deixar clara a função recebida por esses camponeses no interior da sociedade (produzir excedentes para o mercado sustentar o crescimento econômico), bem como a forma como se inserem no contexto social, em oposição ao modo de vida e de produção da população nativa.

6. Os eixos constitutivos da cultura camponesa no Oeste Catarinense

À guiza de conclusão, através dos elementos até aqui reunidos, sobre a origem e o desenvolvimento histórico e cultural da população camponesa do Oeste Catarinense, observa-se que a constituição da sua consciência afetiva e moral e da sua cultura, com as quais interpretaram as novas experiências e interagiram com os efeitos da modernização da agricultura, se deu a partir de quatro eixos principais.

1 - Em primeiro lugar, o modelo *original* camponês, oriundo das comunidades camponesas tradicionais da Europa, cuja caracterização (genérica) foi delineada através do conceito de camponês apresentado no início deste trabalho. Este modelo *original* serviu, segundo a abordagem de Lamarche (1993) de base e/ou ponto de partida para a adaptação à nova realidade.

Estudando a interação entre núcleos camponeses e as sociedades capitalistas que os envolvem, no intuito de perceber se, sob o capitalismo, o modelo camponês de produção preserva as suas características fundamentais, ou se, mesmo mantendo o seu caráter familiar, a produção agrícola desenvolve, no seu interior, as relações típicas da economia de mercado, Lamarche (1993) procurou construir um modelo explicativo capaz de compreender a multiplicidade de situações das explorações familiares em relação à sua integração ao mercado, em relação à permanência ou não das práticas comunitárias, em relação ao emprego de tecnologias, etc. Em seu desenvolvimento, estes elementos por vezes parecem se combinar de modo aparentemente confuso ou até caótico.

O que ocorre, segundo ele, é que, em muitas regiões, como na França, em boa parte da Europa, bem como nos

núcleos coloniais do Sul do Brasil, originados a partir da imigração europeia, a absoluta maioria das explorações familiares advem do modelo camponês, cujas características mais gerais foram indicadas anteriormente. Isto quer dizer que, nestes casos, a grande maioria das unidades de exploração agrícola teve um antepassado camponês que lhes transmitiu os traços socioculturais, característicos do modelo camponês clássico. A esse patrimônio cultural original, ao qual essas explorações agrícolas familiares estão ligadas, em maior ou menos grau, ele chama de *Modelo Original*.

A existência desse Modelo Original comum não significa, no entanto, que todas as explorações agrícolas sejam idênticas, possuindo um mesmo sistema de valores e mesmas ambições para o futuro. Ao contrário, “[...] o estado de conservação deste patrimônio, pode variar consideravelmente de uma sociedade para outra e mesmo de um explorador para outro da mesma sociedade” (Ibidem, p. 17). O importante, segundo o autor, é perceber o papel fundamental, no modo de funcionamento da exploração familiar, de um modelo anterior ao qual todo explorador, com maior ou menos consciência, necessariamente se refere.

Um outro aspecto a considerar é que todo explorador agrícola projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração, um determinado ideal para o qual orienta a organização de suas estratégias e a sua tomada de decisões. A este modelo de referência para o futuro Lamarche (1993) chama de *Modelo Ideal*. Ao propor elementos para uma grade de leitura da realidade das explorações familiares o autor coloca:

[...] nossa reflexão a cerca (sic) da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado [...] em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração ao mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de

consumo, um determinado modo de vida e de representação. Assim podemos imaginar um eixo escalonado segundo o grau de integração ao mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o 'Modelo Original' e, de outro, o 'Modelo Ideal'. As explorações familiares, segundo sua própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam, posicionar-se-iam em tal ou tal lugar da escala. Pode-se imaginar também um ponto O, situado sobre este eixo, pressupondo um modelo quase independente da Sociedade Global; esse poderia ser o modo de funcionamento das sociedades Selvagens, no sentido redfieldiano do termo, que chamaríamos de modelo Tribal (LAMARCHE, 1993, p. 18-19).

Esse eixo corresponde também aos respectivos níveis de influência sobre o funcionamento das explorações, da polarização entre o patrimônio sociocultural que cada explorador dispõe de um lado e as escolhas políticas que lhes dizem respeito, da sociedade envolvente, de outro. Cada decisão é resultante dessas duas forças que se confrontam, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado nos projetos contidos no modelo ideal. "Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função desses dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro" (LAMARCHE, 1993, p. 19).

O eixo norteador definido por Lamarche (grau de integração ao mercado), não pode ser visto, segundo ele, como um eixo orientado com um ponto de partida e um ponto de chegada, pressupondo a evolução obrigatória da exploração familiar.

Não há qualquer determinismo em nosso propósito. Apesar da predominância evidente de determinadas tendências [...] as explorações familiares não se encontram sob a influência de um processo de evolução histórica que, inexoravelmente

e onde quer que estejam, arrastariam-nas a um mesmo destino (Ibidem, p. 20).

Retoma-se aqui a idéia de Shanin (1990) de que, entre a unidade camponesa de produção e a sociedade em que a mesma está inserida, ocorre uma interação ativa de mútua influência, ou seja, a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Parece oportuno aqui fazer referência ao conceito de experiência²¹ desenvolvido por Thompson (1981), segundo o qual, a determinação do processo de desenvolvimento social não se explica apenas em razão das condições ditas objetivas. Os homens e as mulheres, ao elaborar suas experiências e ao tomar suas decisões, o fazem também a partir da sua consciência afetiva e moral e dentro das coordenadas de sua cultura, ou seja, *a herança cultural do passado, as perspectivas e os anseios ligados ao futuro são fatores também determinantes do desenvolvimento social ao lado das condições objetivas.*

2 - Em segundo lugar, o processo histórico de implantação dos núcleos camponeses do Sul do Brasil, que, na lógica de interação acima descrita, foi condicionado por alguns fatores principais a saber:

a. *A ideologia do branqueamento*, no interior da qual o imigrante é colocado como o modelo (étnico e cultural) de homem que precisa ser importado, em contraposição aos nativos e escravos (negros, índios e mestiços). A presença dessa ideologia, na origem da política imigratória, parece ter influenciado decisivamente a representação interna e externa dos imigrantes, bem como o seu relacionamento com os outros grupos.

b. As expectativas da sociedade (ou pelo menos das suas camadas dominantes) sobre a vida desses campone-

ses e sobre o seu papel no desenvolvimento do país. Sua vinda, como foi visto, aparece quase sempre associada à produção de riqueza, à idéia de progresso, de desenvolvimento, etc.

c. Ligadas a essas expectativas, também foram importantes as condições históricas criadas para o desenvolvimento de uma produção agrícola mais intensiva, regular e voltada à produção de excedentes destinados ao mercado (mercado, meios de transporte, etc.).

d. Valorização do trabalho intenso, regular, organizado e racional, tanto pela sociedade brasileira (no interior da própria ideologia do branqueamento), quanto pelos próprios camponeses, devido à grande motivação e expectativa de *se fazer*, expandir e progredir.

e. A apropriação privada da terra, à qual favoreceu o desenvolvimento de uma autonomia relativa dos camponeses, a quem cabia decidir o quanto, o que e o como produzir. Possibilitou o estabelecimento de uma relação estável com a terra, a valorização da condição de proprietário, bem como o estabelecimento de uma relação afetiva com a *sua* terra. Por fim, parece ter se constituído numa base importante para a estabilidade dos grupos com desenvolvimento de uma organização comunitária e de laços de solidariedade.

f. O isolamento que caracterizou o momento inicial da implantação dos núcleos, gerando necessidades de estabelecimento de relações primárias e atendimento às demandas comuns, o que levou ao desenvolvimento de uma tradição de organização comunitária, centrada em torno da questão religiosa.

g. A situação de inferioridade em relação à sociedade abrangente, à economia urbana e até a quase total exclusão no contexto político.

Essa situação, ao interagir com os fatores *a* e *b*, produz uma tensão entre dois pólos: valorização/menospre-

zo, superioridade/inferioridade, inclusão/exclusão, levando ao desenvolvimento de representações e atitudes contraditórias e até paradoxais frente à ordem instituída. Essas atitudes são manifestas, por exemplo, em duas noções presentes no imaginário camponês: *quem trabalha e poupa, progride* (RENK, 1990) e *os colonos non mandam nada* (SANTOS, 1978).

3 - Em terceiro lugar, a tradição religiosa, principal responsável pelo desenvolvimento dos valores morais básicos presentes na cultura camponesa, como o fervor religioso, a importância do trabalho e do sofrimento, o respeito à propriedade, o caráter sagrado e indissolúvel da família, a regulamentação da sexualidade e da procriação, o princípio hierárquico de autoridade, a importância da vida comunitária, noções de direito e de justiça, retidão e sobriedade na conduta, etc, foram também o eixo central sobre o qual se desenvolveu toda a vida social e a tradição organizativa das comunidades camponesas da região²².

4 - A cultura e o *habitus* dos caboclos, que habitavam a região antes da chegada dos imigrantes, de cujo modo de vida a colonização destruiu as condições de sobrevivência e reprodução, de alguma forma, interagiram com o *habitus* dos camponeses *de origem*, numa posição de inferioridade e até de oposição.

Parece importante destacar que o caráter tenso e conflituoso dessa interação, devido à situação de confronto, foi exposto desde a colonização, e influenciado elaborações no imaginário dos dois grupos.

Guiando-se por mapas cognitivos distintos, foram colocados em pólos opostos, numa situação em que, com frequência, a afirmação dos *de origem* frente à sociedade se dava pela negação do modo de vida do caboclo, tanto nos aspec-

tos da produção material, quanto das manifestações culturais. Muitos foram os pontos de atrito, o que motivou a construção de mútuas representações negativas, carregadas de animosidade²³.

Do ponto de vista dos caboclos, segundo Renk (1990 e 1991), a chegada dos *de origem* foi um fato tão marcante e decisivo que serviu de ponto de referência para a divisão do tempo histórico em *o tempo d'antes*²⁴, caracterizado pela fartura, pela largueza do espaço, pelas folgas e pela alegria, e o tempo presente, em que a entrada dos colonizadores deixou *tudo virado, estragado, diferenciado* (RENK, 1991, p. 19). Um tempo marcado pela pobreza, pela *careza*, pela dispersão das pessoas.

Segundo as observações feitas por Renk (1990 e 1991), a lembrança das atrocidades praticadas pelos colonizadores, com a conivência dos colonos *de origem* é muito viva, e o seu relato apresenta um elevado conteúdo emocional. O despejo parece ser o fato mais marcante. Segundo a autora, a narrativa do despejo apresenta cinco elementos estruturais básicos. O primeiro é a chegada do vilão, a *companhia* (colonizadora), *um morto de fome pela terra*; o segundo elemento da narrativa é a presença da força policial para proceder o despejo; o terceiro elemento é a ação arbitrária com atos de *pinchar fora as tralhas*, ou seja, jogar fora os objetos, como móveis e utensílios, podendo ser seguidos da derrubada e queima dos ranchos; o quarto elemento é a entrada do gringo na área limpa; o quinto e último elemento presente na narrativa é o *castigo divino* ao vilão, podendo ser uma morte súbita, um acidente, a queda, sobre ele, de um raio, etc. Nessas narrativas fica explícito todo o ressentimento pela perda da terra e a destruição do espaço pelo colonizador, criando uma situação de miséria e de *careza*, em que a concentração e o confinamento em pequenos espaços (os piores), se contrapõe à antiga amplidão e espalhamento, e em que a imobilidade se opõe à antiga liberdade.

Destaque-se aí, então, a presença desse sentimento (ou ressentimento), provocado pela perda da terra e pela impossibilidade atual de acesso à terra *de varde* (desocupada), nem como posseiro ou proprietário e nem mais como agregado (pois ninguém mais cede com medo dos direitos de uso capião), ficando, pois, limitado à condição de peão. “Impossibilitado ao acesso à terra, como agregado, como posseiro ou como proprietário, remeteu-se a utopia de ter um sítio, um ‘pedacinho de terra’” (RENK, 1991, p.28).

Observe-se que essa é uma noção nova, constituída a partir de novas condições de vida, uma vez que, no tempo d’antes não era necessário ter um sítio, a terra era abundante e do *governo*, e todos podiam dispor dela, porém, se a aspiração é nova (ter um sítio), a representação sobre quem deve garantir a terra para si é a mesma. Ou seja, caberia ao governo *que deve olhar pros pobres* dar a terra para trabalhar.

Parece oportuno destacar, ainda, a presença na questão religiosa de uma memória bastante viva do antigo profeta João Maria, e que apresenta atualizações, como o fato de alguns afirmarem tê-lo visto, ou de ter estado em sua casa reafirmando ou atualizando suas profecias, sobretudo a respeito de castigos que estariam por vir. O elemento marcante percebido por Renk (1990 e 1991) é a ausência de uma utopia societária ou de uma esperança e até pelo contrário, a presença de um sentimento de desesperança, e espera do céu, do fim do mundo, ou da morte²⁵.

É fundamental não perder de vista a presença desses elementos no imaginário dessa população. Ocorre que, mesmo que em sua maior parte, essa população cabocla tenha se dispersado (indo para outras regiões, ou se proletarizando), que os que permaneceram o tenham feito de forma absolutamente subalterna e inferiorizada; mesmo tendo uma influência quase nula na determinação da dinâmica de produção agrícola regional e muito secundária no desencadeamento do processo de mobilização, não se pode

ignorar que essa população ainda se encontra, de alguma forma, presente no interior da população regional e interagindo com ela, nas novas condições históricas, a partir dos valores do seu modelo *original* ou de seu *habitus*. Segundo Lisboa (1988), em torno de 20% dos participantes dos acampamentos do MST eram caboclos. Em outros casos levantados durante a presente pesquisa, essa proporção era significativamente maior.

Por isso entende-se que este seja um dos eixos constitutivos da cultura e da consciência afetiva e moral da população camponesa do Oeste Catarinense, com os quais a mesma interpretou e interagiu com os efeitos do processo de modernização agrícola a partir da segunda metade da década de 70, em razão da qual desencadearam-se os movimentos sociais, objeto do presente estudo. Talvez esse imaginário seja, entre outros, uma das causas da participação pouco significativa de caboclos no desencadeamento e liderança dos movimentos sociais em questão.

A existência, em interação, desses quatro eixos constitutivos da cultura e da consciência afetiva e moral dessa população camponesa, não significa que essa interação seja meramente somatória ou isenta de tensões. Ao contrário, parecem existir vários elementos conflitantes e até contraditórios, como, por exemplo, a noção de perda da terra pelos caboclos com a noção do direito de propriedade (adquirida mediante o pagamento em dinheiro) pelos *de origem*. A interação tensa entre esses elementos parece mesmo explicar as diferentes interpretações e as diferentes tomadas pelos indivíduos diante de cada fato.

Compreender as reações de cada indivíduo implica em tomar em consideração esses elementos presentes e as tensões entre eles no processo de constituição de sua cultura e de sua consciência afetiva e moral, a partir das quais opera a interpretação de suas experiências.

7. Notas

1 Uma discussão da literatura clássica sobre campesinato e dos principais estudos realizados no país sobre o tema, pode ser encontrado em Poli (1995), capítulo 2.

2 A colonização do Oeste Catarinense, como será visto mais adiante, foi promovida pelo governo do Estado de Santa Catarina, através da vinda de descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, oriundos dos núcleos camponeses do Rio Grande do Sul. A estratégia utilizada baseou-se na distribuição das terras a empresas colonizadoras, as quais encarregaram-se de promover sua ocupação. A esse respeito ver o item cinco do presente artigo.

3 O autor trabalha com as categorias de *experiência humana, consciência afetiva e moral e cultura*, as quais permitem incluir os sujeitos históricos, com a sua cultura, sua moral, seus interesses e seus sentimentos, como elementos ativos no desencadeamento do processo de mobilização. Uma abordagem dessas categorias, articuladas à compreensão dos movimentos sociais, envolvendo populações rurais no Oeste Catarinense, pode ser encontrada em Poli (1995), capítulo 2.

4 Segundo Thompson (1981) as pessoas não vivem sua própria experiência apenas sob a forma de idéias, no marco do pensamento e dos procedimentos. Também vivem sua experiência como sentimentos e elaboram seus sentimentos nas coordenadas de sua cultura na forma de normas, obrigações e reciprocidades familiares e de parentesco, ou ainda sob formas mais elaboradas, como expressões artísticas e religiosas. A esta parte da cultura, o autor denomina *consciência afetiva e moral*.

5 Esclarecemos, contudo, que, como coloca Thompson (1981), as categorias empregadas no estudo da realidade não podem ser tomadas como conceitos fechados e acabados, aos quais a realidade deve ser enquadrada. Devem ser tratadas "[...] não tanto como 'modelos', mas antes como 'expectativas'. Não impõe uma regra, mas antes apressam e facilitam a indagação das evidências, embora se verifique com freqüência, que cada caso se afasta da regra, sob este ou aquele aspecto" (Ibidem, p. 56). Ou seja, as categorias e conceitos devem manter uma grande elasticidade, permitindo captar as "irregularidades" sempre presentes na análise das situações específicas. E isso, contudo, não diminui sua importância. Pelo contrário, sem o uso de categorias é impossível ver a realidade. É nessa perspectiva que tomamos a categoria "camponês" no presente estudo.

6 A expressão camponeses *de origem* era muito utilizada na região em estudo para designar os descendentes de imigrantes de origem européia (alemães, italianos e, em menor número, poloneses). Tinha, ao que tudo indica, principalmente o intuito de diferenciar esses camponeses do outro grupo étnico bastante presente na região, formado por uma população miscigenada de *sem origem definida*, que se autodenominavam de *brasileiros*, mas que também eram denominados de *caboclos*, termo marcado por um conteúdo pejorativo.

7 O termo *intruso* é utilizado na região para designar o camponês que ocupa uma área de terra, da qual não possui título de propriedade. Pode ser tomado como equivalente a posseiro.

8 Os depoimentos colhidos indicam que as primeiras famílias chegaram durante a década de 30, e os últimos indicativos apontam o final da década de 50. Mas há registros de que durante a década de 60 ainda ocorreram migrações. Nesse sentido, ver Poli, (1991) e Renk (1990).

9 Nesse sentido os depoimentos destacaram as estradas de Ponte Serrada e Goio-Em e Chapecó-Palmitos (passando por São Carlos).

10 A caracterização do processo histórico de surgimento dos caboclos e da construção do seu modo de vida foi feita com base na literatura existente. Nesse sentido, além da literatura existente em âmbito nacional, destacam-se dois estudos produzidos na região, especificamente sobre os caboclos do Oeste Catarinense. São eles: a) RENK, Arlene Anélia. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990 (Dissertação de Mestrado-mimeografado). b) POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In.: *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Fundeste 5 (7), abril de 1991.

11 No caso específico do Oeste Catarinense, os produtos destinados ao mercado, segundo os depoimentos colhidos, eram principalmente os suínos, o feijão e o fumo. O milho, embora fosse produzido em larga escala, normalmente não era comercializado diretamente, mas sim transformado em suínos, na própria unidade familiar. Uma situação menos comum era a de famílias que se dedicavam à produção do milho para a venda direta ao mercado. Dentre todos os camponeses entrevistados, apenas um representava essa situação.

12 Todos os camponeses entrevistados tinham sido proprietários ou filhos de proprietários de terra. Com exceção de um, todos são proprietários atualmente. Três deles conquistaram sua terra através da participação nos Movimentos Sociais (MST ou Barragens).

13 Sobre esse caráter parcial e imperfeito da integração dos camponeses ao mercado, ver Abramovay (1992).

14 Sobre a importância da religiosidade na preservação e reelaboração do padrão cultural dos camponeses de origem nos primeiros anos da colonização, ver Poli (1995), capítulo 3.

15 Um depoimento citado por Renk (1991, p. 25) ilustra as representações do caboclo sobre as mudanças de residência: " '- Porque mudavam?'- Depois de acostuma é bom. O meu pai, quando eu era pequeno, mudava cada quinze dias. Não tinha parada. Só mudava. Eu depois que casei não tinha filhos, botava as coisinhas no cargueiro e ia embora, ia pro serviço, ia pra outro lugar, quando não tinha acampamento, eu fazia um ranchinho de taquara ou de pinho lascado. Ficava [...] Era vida boa, tudo alegre, tudo bem, não tinha problemas, não tinha careza."

16 O estudo de Franco (1974) não se refere especificamente ao Oeste Catarinense e nem ao período aqui estudado e sim à situação de populações camponesas que se formaram ao longo do período escravagista, porém, o modo de constituição, de vida e de produção dessas populações tem, pelo que se pode constatar, muitas semelhanças com o modo de vida e de produção dos caboclos, o que nos auxilia em sua compreensão.

17 Nesse sentido ver também Meillassaux (1976) e Renk (1988).

18 Vários depoimentos colhidos fazem referência às negociações da safra com os comerciantes ou cooperativas, bem como a negociação de financiamentos junto ao setor bancário, sempre feitos de forma direta e sem intermediações.

19 Ver, por exemplo, Santos (1978).

20 O entrevistado refere-se não ao título de propriedade da terra, mas ao *direito* de posse, conquistado pelo fato de estar morando na terra, mas sem ter o título de propriedade. Nos primeiros anos da colonização, a retirada de um caboclo, posseiro, que tivesse morando numa terra adquirida por um camponês *de origem*, era feita, preferencialmente *com as boas* (RENK, 1990), onde a colonizadora responsável ou o próprio colono fazia proposta de indenização das benfeitorias existentes em troca da saída do caboclo da terra. Caso o mesmo não aceitasse, recorria-se ao despejo. Nesta época a que o entrevistado está se referindo (década de 70), o recurso ao despejo já não mais existia, até por que já não existiam, pelo que demonstra o próprio depoimento, caboclos com direitos de posse.

21 Segundo Thompson (1981), a *experiência humana* agrupa em si os densos, complexos e elaborados sistemas, mediante os quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, modos, leis, instituições e ideologias) que em conjunto abarcam a *genética* do processo social como um todo. E, na forma de experiências diferenciadas de classe, exerce pressão sobre o todo (para a preservação ou para a mudança). Dessa forma, Thompson revela a existência de outros sistemas coexistentes, de igual *status* e coerência que o sistema da economia política (ou modo de produção) e que exercem pressões determinantes análogas (um *modo de parentesco*, um *modo simbólico*, um *modo ideológico*, etc.).

Através do conceito de experiência humana os homens e as mulheres reaparecem como sujeitos. Não como sujeitos autônomos, ou individuais livres, isto é, independentes das condições históricas, mas, sim, como pessoas que experimentam as situações produtivas e as relações dadas em que se encontram, com suas necessidades e interesses e também com seus antagonismos, *elaborando a consciência de suas experiências dentro das coordenadas de sua cultura e condições histórico-sociais*, pelas vias mais complexas, atuando, por sua vez, sobre a sua própria situação, freqüentemente através de estruturas de classe, nas quais se encontram inseridos.

22 Para uma abordagem, em profundidade, desse aspecto, ver Poli (1995), capítulo 3.

23 Algumas expressões pejorativas demonstram essa animosidade. De um lado, ditos populares como “*Negri, cani e corví, tuti compani*” (‘Negros, cães e corvos, todos iguais’) (RENK, 1991, p. 17). E outras expressões como “*gringo polenteiro*” (Ibidem, p. 27). Na linguagem corrente dos dois grupos, há muitas expressões semelhantes.

24 É ilustrativo o depoimento de um caboclo antigo, que viveu o período anterior à colonização, citado por Renk (1991, p. 25) sobre o tempo d’antes: - *Como era naquele tempo?*

- Naquele tempo tinha folga. Você podia fazer casa onde quisesse, podia derrubar o pinheiro que quisesse. O pessoal enjoava do lugar e ia pro outro. Era tudo assim. A terra era do governo, ninguém implicava e o pessoal só plantava pro gasto e vivia bem.”

25 *A gente não tem onde morar. A gente vai onde arruma serviço, porque a morada mesmo não é aqui.*

- onde é a morada?

- a morada mesmo é lá no céu, graças a Deus!

(Depoimento de um caboclo, citado por RENK, 1991, p. 39).

8. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Ed. da Unicamp/Ampocs, 1992.

BELANI, Eli. *Madeira balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo efetivo de colonização no Velho Chapecó*. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado).

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, J. C. M. de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Estabelecimentos rurais em América Latina*. Buenos Aires: Editorial Universitário de Buenos Aires, 1967.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1986.

FROM, E. & MACCOBY, M. *O caráter social de uma aldeia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HOBSBAWN, E. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

JEAN, Bruno. *La forme sociale de l'agriculture familiale contemporaine: survivance ou création de l'économie moderne*. Campinas, 1993. Mimeo.

KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Ed. La e Merti, 1968.

LAMARCHE, Hulhes (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LANDIN, José Roberto Medina & MONTEIRO, Manuel Antônio de A. *O pequeno agricultor em uma agricultura capitalista*. São Paulo: Perspectiva, nº 9/10, 1986/87, p. 37-49.

LISBOA, Tereza Kleba. *A luta dos sem terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, 1981.

_____. No campo uma guerra de libertação. In: *Revista Sem Fronteiras*. nº 142, julho/agosto de 1986.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEILASSAUX, Claude. *Mulheres, ceifeiros & capitais*. Porto: Ed. Afrontamento, 1976.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, Eloy Locona. *O Brasil do imigrante*. Caxias do Sul: Tip. São Paulo, 1974.

QUEIROZ, M. I. Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [s./d.].

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Fundeste, 5(7): 47-88, abril, 1991.

_____. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilizações nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. Campinas: Unicamp, 1995. (Dissertação de mestrado).

RENK, Arlene Anélia. As representações da colonização no Oeste Catarinense a partir de brasileiros. In: *Cadernos do CEOM*, Chapecó: Fundeste, 5(7), 7-47, agosto de 1991.

_____. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. (Dissertação de Mestrado). Mimeo.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Tradução de Waltensir Dutra).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____ & BROEMER, Neusa Maria. Alto Uruguai: migração forçada e reutilização da identidade camponesa. In: *Travessia: revista do migrante*. Ano II, nº 6, janeiro-abril, 1990.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo*. [S.l.]: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1986. In.: _____. & STOCKE (Orgs). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. O conceito de camponês: conceituações e desconceituações. In: *Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

THOMPSON, E. P. *Miséria de la teoria*. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

UCZAI, Pedro. *Movimento dos atingidos por barragens: o caso de Itá e Machadinho na Bacia do rio Uruguai (1979/1991)*. São Paulo: PUC, 1992. (Dissertação de Mestrado) Mimeo.

WOLF, E. R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Abstract

The present article treats about some details of peasant population in the West Region of Santa Catarina State, in the end of 70's and beginning of 80's, moment when appeared in this region four different social movements involving this population. The article looks for, above all, to put this population in a "peasant's live" brasilian context, emphasizing their specific characteristics and opening some clues for potencial correlations between the characteristics of this people and the appeared and developed of these social movements mentioned.

The text conclude about the existence of four spindles, formed in the peasant culture in the West Region of Santa Catarina State. In the metologic terms, besides of a revision in the classic literature about "peasant's live", brasilian researchs and topic locals, the study was based in oral reports about their history of life and their participation and organization in four social movements in this region, like: O movimento dos Sem-Terra (MST) ("Without-Land Movement"), O Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) ("Farmer's Women Movement"), O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ("Reached by Barrages Movement") and O Movimento das Oposições Sindicais ("Syndical Opositions Movement").

Key Words: "Peasant's live", West of Santa Catarina State, peasant culture.